

A SOCIOLOGIA E O NOVO LIVRO DIDÁTICO: NOTAS ACERCA DA INFLUÊNCIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR DO PNLD 2021¹

Anne Vitória Leite Xaves²
Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar o espaço ocupado pela disciplina da Sociologia na primeira leva de livros didáticos produzidos após o processo de integração curricular adotado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) a partir de sua edição para o ano de 2021. No que tange à antiga situação desse componente dentro do programa, as obras da disciplina só vieram a ser efetivamente incluídas a partir das seleções para o ano de 2012, três anos após a promulgação da lei 11.684/2008, responsável por instituir a obrigatoriedade do ensino da Sociologia e Filosofia para os três anos do Ensino Médio. Desta forma, restritas a essa etapa do ensino, a avaliação e renovação das obras didáticas de ambos os componentes também ficaram restritas ao intervalo de triênios, tendo após a primeira edição de 2012 apenas mais dois processos de seletivos para a disciplina, em 2015 e 2018, respectivamente. A partir da Lei nº 13.415/2017, que alterou a LDB 9.394/1996, oficializou-se uma ampla reforma nos currículos nacionais do Ensino Médio, a qual implicou na perda da obrigatoriedade do ensino da disciplina para todas as séries dessa etapa educacional. Nestes novos livros didáticos, a Sociologia acabou por ser compilada em sua grande área de estudo, apresentando não mais livros exclusivos, cujos conteúdos agora apenas integrariam as obras das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA). Utilizando-se do método da análise de conteúdo, empregado para o exame do Guia do Livro Didático das CHSA de 2021, cartilha que reúne os pareceres técnico-didáticos dessas obras, pretendeu-se mensurar a presença da Sociologia neste novo modelo através de referências implícitas e explícitas aos conceitos, temas, teorias e metodologias próprias das Ciências Sociais.

Palavras-chave: Sociologia, Livros Didáticos, PNLD, Integração curricular, Reforma do Ensino Médio.

¹ Esse trabalho é subproduto de uma pesquisa do programa de Iniciação Científica da Fundação Joaquim Nabuco (2022.2 a 2023.1) intitulada “O lugar da sociologia no novo livro didático para o ensino médio: uma análise comparativa dos Guias do Livro Didático 2018 e 2021”.

²Graduanda em História na Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, Recife PE. E-mail: anne.xaves@gmail.com.

³ Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e docente do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio/Fundaj), Recife/PE. E-mail: tulio.araujo@fundaj.gov.br.

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objetivo analisar o lugar ocupado pela disciplina da Sociologia - e do campo das Ciências Sociais de uma forma geral -, na primeira leva de livros didáticos que foram produzidos após a instituição do programa nacional do Novo Ensino Médio (NEM). O Guia do Livro Didático é um documento oficial, subproduto do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pertencente ao Ministério da Educação (MEC). O programa, fundado oficialmente em 1985 - e desde então possuindo diversas alterações e intercorrências -, é responsável por promover anualmente a seleção, avaliação, compra e distribuição de livros e materiais didáticos para as escolas públicas do país, cujo funcionamento já fez do Estado brasileiro o maior comprador de livros do mundo (MEUCCI, 2014). Assim que aprovados, as avaliações das obras são compiladas e disponibilizadas através de *Guias* (separados por suas funcionalidades, áreas e disciplinas), os quais servem como uma espécie de “cartilha” de seleção, direcionada aos docentes e gestores das escolas públicas. Outrora disponibilizados nos formatos físico e digital para as escolas, atualmente são produzidos apenas para o segundo formato, cujo programa também permite o acesso prévio às obras por essa mesma via, a fim de facilitar a escolha para as escolas.

Desse modo, para que todo o processo burocrático de seleção das obras seja feito em tempo hábil, os editais do programa são comumente lançados com cerca de três anos de antecedência. O edital da edição do PNLD 2021 (BRASIL, 2019a), em sua seção destinada para o Ensino Médio, foi o primeiro a incorporar uma série de mudanças que tinham por objetivo moldar a produção das obras didáticas às alterações então correntes no currículo do secundário, propostas pelo NEM. Dividido em cinco *Objetos* para avaliação, o documento oficializou a extinção do antigo sistema de livros, tradicionalmente separados por disciplinas, cuja distinção do Objeto 2, *Obras Didáticas por Áreas do Conhecimento e Obras Didáticas Específicas*, teve como principal fundamento as novas disposições da BNCC, assim como as divisões provenientes dos Itinerários Formativos.

Tal processo, descrito como a “Integração dos componentes curriculares”, ocasionou diversas polêmicas no meio educacional e acadêmico. Entre as áreas mais impactadas, destacar-se-iam as disposições curriculares das disciplinas de Sociologia e Filosofia, cujas

inserções no PNLD só foram efetivadas na edição de 2012, três anos após a instituição da obrigatoriedade de seu ensino dentro do Ensino Médio (Lei nº 11.684/2008), que por sua vez, teria sido reinterpretada pela promulgação da Lei nº 13.415/2017, responsável por promover uma ampla reforma na última etapa do Ensino Básico.

Pretende-se, então, delimitar qual lugar fora reservado à Sociologia dentro deste novo sistema, tendo em mente seu histórico de intermitências dentro dos currículos educacionais brasileiros, assim como o impacto da perda da obrigatoriedade para seu processo de legitimação disciplinar, anteriormente corroborado pela produção de obras didáticas específicas para a disciplina.

A socióloga Simone Meucci (2014, p. 211), ao discorrer brevemente sobre as funções e sentidos dos livros didáticos, ponderou: “os livros são, a um só tempo, mercadoria, objeto de política pública, ferramenta de ensino e aprendizagem, artefato intelectual caracterizado por uma modalidade de escrita bastante singular”. Partindo de tal afirmação, é possível depreender superficialmente como objetos tão corriqueiros da rotina escolar estão inseridos em uma estreita rede de relações de poder e suas respectivas capilaridades históricas, sociais, econômicas, políticas, entre outras.

METODOLOGIA

Dentre as principais metodologias empregadas ao longo das fases da presente pesquisa, destacam-se: a aplicação do método da análise de conteúdo, tal qual concebido por Laurence Bardin (1995), e o uso da análise documental, nos preceitos de André Cellard (2014). Objetivando a operacionalização das atividades de pesquisa, emergiu a necessidade de construção de fichas analíticas para as avaliações. Nesse processo, estruturou-se catorze fichas, uma para cada obra do PNLD 2021 referente às CHSA, as quais revelaram progressivamente uma série de assimetrias nas avaliações disponibilizadas pelo Guia, denotando não somente a falta de um padrão fixo na construção textual das resenhas, como também a diversidade possivelmente ocasionada pelo número extenso de obras e de seus avaliadores⁴.

REFERENCIAL TEÓRICO

⁴ Na época, objetivando expandir o leque de informações referentes às obras aprovadas, tanto nos quesitos técnicos como didáticos, demonstrou-se necessário - e conveniente -, realizar um levantamento sobre o programa nas páginas oficiais das editoras aprovadas. Essa apuração tornou-se essencial para a compreensão do novo modelo do PNLD, usos e sentidos de suas propostas pedagógicas, delineando novos critérios analíticos.

A fim de subsidiar uma análise mais aprofundada sobre o lugar das Ciências Sociais na nova configuração do PNLD, sendo o novo formato consequência direta de uma ampla reforma instituída ao ensino secundário, observou-se a necessidade de investigar fundamentalmente os diversos contextos que resultaram nesse novo cenário, os quais são perpassados por ordens políticas, sociais e econômicas dentro de um eixo histórico (RIBEIRO, 2021; SILVA, 2020). Adiciona-se também a esse levantamento um estudo sobre as dinâmicas processuais referentes à produção de políticas educacionais voltadas ao Ensino Básico, tangendo principalmente ao recorte temporal de 2012 a 2018, visando compreender desde as bases técnicas e legais da área, até os fundamentos teóricos que embasam propostas heterogêneas e divergentes direcionadas ao aperfeiçoamento da educação brasileira. Entre elas, destaca-se os conceitos de direitos à, e objetivos da aprendizagem, assim como as de *temas integradores* ou centrais, que posteriormente desdobraram-se nos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), como também a defesa sobre o desenvolvimento de Competências e Habilidades socioeducativas, entre outras. Objetivando refletir sobre o impacto da retirada da obrigatoriedade da Sociologia dentro da grade curricular do Ensino Médio, destaca-se um trecho de Silva e Neto (2020, p. 266) sobre os direitos à aprendizagem:

Se a Educação Básica é um direito dos cidadãos e um dever do Estado, os conhecimentos a serem ensinados e aprendidos são entendidos como direitos, direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento. As áreas e os componentes curriculares foram pensados dentro de um longo processo de garantia dos direitos à aprendizagem e, por isso, foram submetidos aos quatorze direitos à aprendizagem [...], que foram traduzidos nos conhecimentos de cada área.

O trecho acima, retirado do artigo *O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014-2018)*, refere-se a análise dos autores acerca de um primeiro conjunto de atividades desenvolvidas por especialistas de grupos de trabalho (GTs) do MEC, entres os anos de 2012 e 2014, as quais tinham por objetivo fundamentar o debate em prol da construção de uma Base Nacional Comum para o país. Nessa primeira etapa do trabalho, focada em discutir os princípios que deveriam nortear a BNCC, os pesquisadores se empenharam essencialmente em sintetizar uma série de noções relativas à ideia de *direitos à aprendizagem*. Nesse contexto, anterior a abertura do MEC ao envolvimento de outros agentes sociais e econômicos no processo de elaboração da BNCC, ainda se propunha a obrigatoriedade de todos os componentes curriculares, considerando a particularidade de suas trajetórias na ocupação da grade curricular do Ensino Básico. Dessa forma, a manutenção desses componentes dentro da integralidade da carga horária da grade curricular, muito mais do que a oferta de uma diversidade de áreas do conhecimento,

representava a garantia de um direito civil. De acordo com Oliveira, Binsfeld, e Trindade (2018, p. 252), em um artigo que sondava a opinião de professores de Sociologia em relação à sanção da reforma, a retirada da obrigatoriedade representou:

[...] um retrocesso significativo nas lutas empreendidas no campo próprio da Sociologia, que culminou com o regresso dessa disciplina para os currículos escolares, também priva os jovens de acessar um determinado capital cultural ao qual dificilmente terão acesso fora da realidade escolar. Se admitirmos que a escola apresenta como função munir o educando de um certo “conhecimento poderoso” (YOUNG, 2007), isso implica também em reconhecer a relevância da presença de disciplinas que possibilitam a ampliação do capital cultural dos alunos, compreendido aqui nos termos da teoria bourdieusiana (BOURDIEU, 1996; BOURDIEU e PASSERON, 2008).

No artigo supracitado, os autores ainda citam o especialista crítico-educacional Michael Apple (2006), ao reforçarem que: “a inclusão ou retirada de uma disciplina do currículo escolar reflete sempre uma determinada concepção de sociedade, bem como suas relações de poder” (OLIVEIRA, BINSFELD, TRINDADE, 2018, p. 255). Tal perspectiva se alinha com as produções de pesquisadores como Mônica Ribeiro (2022), que afirma veementemente que o novo currículo do Ensino Médio foi produzido através de um consenso entre os “gabinetes das secretarias e das fundações empresariais”, de forma a fortalecer a presença da iniciativa privada dentro da educação pública brasileira. A socióloga Ileizi Silva (2020, p. 54), discorre mais especificamente sobre um suposto “incômodo” acerca da influência da Sociologia para o desenvolvimento crítico dos educandos, supondo que o estudo da disciplina poderia influenciar a rejeição ao novo sistema de ensino e todo seu contexto de formação:

As reflexões sobre o ensino de Sociologia dialogam com um ou mais dos quatro grupos de abordagem teórica citados acima. Mesmo na chave “ensino de sociologia” há mais recorrência de análises que partem das reformas do Estado e da criação de mercados educacionais, enfatizando-se que a Sociologia não caberia nessas propostas por ser uma disciplina crítica à sociedade capitalista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise do Guia de 2021, apresenta-se, a priori, os contextos que ordenaram sua produção, tendo sido a primeira edição elaborada a partir das alterações implantadas para o atendimento do principal parâmetro curricular em vigor, a BNCC. No Guia, “obra” refere-se às coleções aprovadas no processo seletivo do PNLD, sendo cada coleção composta por seis livros, e cada livro sendo um volume autocontido e não-sequencial, ou seja, resguarda a possibilidade de ser trabalhado de forma independente, para qualquer série do Ensino Médio. A primeira seção “Por que ler o guia?” é direcionada ao público docente, e expõe o conceito

de livros didáticos enquanto artefatos culturais complexos, fundamentais para as relações de ensino-aprendizagem, assim como também apresenta a estrutura das resenhas, fixadas em quatro partes:

Visão Geral: apresenta as características gerais da obra, os propósitos, os referenciais teórico metodológicos, os conceitos centrais, a abordagem didático-pedagógica e a organização do Manual do Professor Impresso e do Material Digital do Professor, para que você tenha a visão inicial e dos pressupostos que formam a obra.

Descrição da Obra: descreve, de forma detalhada, a estrutura e a organização das obras (número de páginas, capítulos, temas, conteúdos), as relações entre estes e outras informações relevantes da obra didática.

Análise da Obra: aponta as qualidades, ressalvas, o arranjo das competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a formação cidadã, o respeito à legislação, às diretrizes educacionais, a qualidade do projeto gráfico, ou seja, delinea a proposta pedagógica da obra em sua totalidade: Livro do Estudante Impresso, Manual do Professor Impresso e Material Digital do Professor.

Em Sala de Aula: indica, de forma mais explícita, como a obra se vincula ao cotidiano do espaço escolar. Aponta suas potencialidades pedagógicas e seus limites, onde você, professor(a), deve atuar mais intensamente, complementando detalhes para além dos livros e das páginas escritas que chegam até os estudantes (BRASIL, 2020, p. 18).

Seguindo esse modelo, o Guia conta com 14 das 15 obras inscritas no edital, tendo apenas uma sido reprovada pela comissão avaliadora (BRASIL, 2021). Sobre as características gerais dessas obras, pioneiras desse novo sistema, uma apresentação de Webinar oficial do MEC sobre o PNLD 2021 descreveu que

O grande desafio foi conceber obras que apoiassem o estabelecimento de relações de ensino e aprendizagem, efetivamente, alinhadas com a BNCC; sem negligenciar que os professores e os estudantes em foco não vivenciaram a BNCC ao longo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Nessa perspectiva, foram projetadas obras que permitem uma transição para o universo da BNCC de forma viável. (ZACARIAS, 2021, p. 11).

A partir de tais colocações é possível depreender que, mesmo o PNLD mantendo diversos de seus critérios avaliativos tradicionais, tais como o incentivo à adoção de metodologias ativas, o estímulo do pensamento computacional, e até mesmo a promoção de uma cultura de paz e de imagens socialmente benéficas para grupos minoritários (mulheres, afrodescendentes, indígenas, entre outros), viabilizar a implementação da BNCC através dos livros didáticos delineou-se como o principal objetivo, e até mesmo um desafio. Entre as principais mudanças a serem executadas, ressalta-se a defesa do processo de integração dos componentes curriculares, então apresentado como a principal solução para superar o antigo modelo de organização, aparentemente defasado e *fragmentado*. Tal proposta, fundamentar-se-ia no conceito da interdisciplinaridade, enquanto teoria e práxis:

Instadas a apresentar propostas inovadoras de ensino-aprendizagem orientadas pela BNCC, as obras foram elaboradas a partir do eixo da interdisciplinaridade - como se

pressupõe pela complexidade do desafio de integrar os saberes relativos aos componentes ao mesmo tempo em que respeita as particularidades “disciplinares”, permitindo outras formas de potencializá-los a partir da sua integração. Este exercício permitiu, de maneira geral, que os conhecimentos filosóficos, históricos, geográficos e sociológicos se apresentem contextualizados e articulados, criando uma espécie de identidade para tais obras. [...] Observa-se, portanto, que a interdisciplinaridade é a chave para se compreender essas obras, que buscaram garantir a integração de diferentes componentes curriculares e, ao mesmo tempo, respeitar suas características epistemológicas e metodológicas como conhecimentos específicos que são. As metodologias ativas, centradas no protagonismo dos jovens de diferentes perfis e na valorização das culturas juvenis, são o meio pelo qual essa integração se consolida (BRASIL, 2020, p. 21).

Considerando tais circunstâncias, delinear o lugar da Sociologia neste novo cenário apresentava-se como um verdadeiro desafio. Sendo relativamente difícil rastrear a presença da disciplina nas resenhas do Guia por meio de citações diretas, além de haver uma tendência nas obras de apresentarem objetos de conhecimento os quais pudessem ser perpassados pelo eixo da interdisciplinaridade, esperava-se diferenciar as disciplinas através do exame dos seus principais campos teórico-metodológicos, atribuindo-lhes uma creditação conceitual. Como objetos de análise, nos debruçamos sobre os seguintes fatores à medida que eram sinalizados pelo Guia:

- a. Competências Gerais (CGs), e Competências específicas das CHSA (CEs) e suas habilidades, discriminadas pelos próprios resenhistas. A princípio, para a estrutura curricular do Ensino Médio, tais disposições teriam sido formuladas no intento de salvaguardar o caráter interdisciplinar proposto à integração das áreas, sendo trabalhadas de forma ampla, alternada e espiralada. Contudo, no que tange às CEs, é possível identificar e ressaltar quando essas concepções se atêm principalmente a uma - ou mais - disciplina de sua grande área.
- b. As categorias conceituais pertencentes à área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Esses conjuntos, pré-definidos e destacados pelas BNCC, preservam a diversidade temática das disciplinas, ao mesmo tempo que reconhecem a possibilidade de um mesmo tema possuir diferentes sentidos e abordagens, a depender do componente pelo qual é trabalhado. Ex.: A categoria *Território* possui diversas óticas e sentidos, se analisada pelo viés geográfico, sociológico, histórico ou filosófico.
- c. A sondagem dos principais Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) abordados nas obras, evidenciados através das resenhas e informações complementares sobre as coleções. Assim como as categorias das CHSA, também

possuem uma dimensão pré-definida, com o diferencial de poder serem trabalhados em qualquer Área de Conhecimento. Os temas possuem títulos fixos, tais como: Cidadania e Civismo, Educação Ambiental, Trabalho, Educação em Direitos Humanos, entre outros.

O lugar da Sociologia nos livros didáticos das CHSA do PNLD 2021

Como outrora pontuado, a partir do levantamento temático realizado através das resenhas, cujos conteúdos já se propunham a fazer uma análise do potencial pedagógico das obras, observou-se a recorrência de temas como Trabalho, Globalização, Desigualdades socioeconômicas, entre outros os quais permitiam com mais facilidade a construção de múltiplas perspectivas disciplinares.



Imagem 1: Panorama básico dos conceitos e temáticas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas mais trabalhados nas coleções de livros⁵. **Fonte:** autoral.

Nessas circunstâncias, é pertinente recapitular que a Sociologia enquanto componente curricular apresenta um caráter interdisciplinar por si só, sendo responsável por integrar os três campos das Ciências Sociais: Antropologia, Ciências Políticas e Sociologia. Entretanto,

⁵ O gráfico apresentado fora inicialmente elaborado a partir da mensuração dos conceitos das CHSA preconizados pela BNCC, tais como “Território e Fronteira”; “Tempo e Espaço”, ou “Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética”, na medida em que eram sinalizados pelos resenhistas. Entretanto, a utilização de tais categorias como critério avaliativo acerca da qualidade das obras - ou quanto a seu atendimento perante os novos parâmetros da BNCC - , não se fez uniforme para todas as avaliações, havendo de tal modo a repartição de certas categorias, assim como a emergência de temáticas extras.

apesar de algumas temáticas abordadas serem praticamente indissociáveis - para não dizer endêmicas -, da emergência das Ciências Sociais no Brasil, como por exemplo: a formação e composição étnica-cultural da sociedade brasileira, o componente ainda não é creditado nos conteúdos. Na realidade, dificilmente é destacado pelos resenhistas quando um assunto que fora pautado em uma obra se alinha majoritariamente a um campo epistêmico e metodológico, sendo tal atitude aparentemente desprezada em alguns momentos:

Além disso, jamais se deve esquecer que o fio condutor desta proposta pedagógica é a contínua e sistemática integração entre os componentes curriculares – Filosofia, Geografia, História e Sociologia – da área de CHSA, integração essa que deverá ser encarada como uma genuína ruptura com o ensino fragmentado e disciplinarmente desconexo (BRASIL, 2020, p. 69).

Em contrapartida, algumas editoras como a Moderna Ltda. e a FTD S.A, através de suas páginas oficiais da WEB destinadas ao PNLD, e no próprio Manual do Professor (MP), disponibilizaram materiais de apoio pedagógico que contém orientações aos docentes das disciplinas das CHSA, permitindo que em diferentes momentos de suas obras, os conteúdos didáticos possam ser trabalhados a partir do estudo/abordagem particular de um, ou mais componentes. Nesses casos excepcionais, observou-se a diferenciação direta das disciplinas, normalmente evidenciadas quando uma seção (capítulo, unidade do livro e etc.) incorporava mais uma disciplina do que a outra, ao mesmo tempo que buscavam prezar pela distribuição igualitária da abordagem dos componentes na íntegra das obras.

Mesmo com a hesitação dos resenhistas, a partir de um olhar mais sensível e apurado ainda é possível identificar o impacto da disciplina na produção dos livros didáticos. Incluindo através do uso de *metodologias ativas* para área das CHSA, cuja adoção fora deveras instigada pelo novo programa, e já preconizada pela BNCC. Nesses casos, os autores comumente esboçam críticas positivas à aplicação do método, sendo o termo “problematizar” frequentemente utilizado, ao reforçarem a importância para os alunos que esses *problematizem* a realidade que os cerca, além de símbolos sociais, culturais e conceitos epistêmicos. No que tange aos processos de incentivo à iniciação científica para os estudantes, apesar de raramente creditados, os métodos tradicionais das Ciências Sociais ganham destaque nesta questão. É o caso de: grupos focais, realização de entrevistas - com destaque para as semiestruturadas - e questionários, estudos de recepção, levantamentos bibliográficos e de dados, pesquisa qualitativa e entre outros, voltados à reflexão e intervenção no meio social dos alunos. Acerca da relevância das práticas de pesquisa para a manutenção das Ciências Sociais no ambiente escolar, de acordo com Cardoso, Martins e Araújo (2022, p. 11), a disciplina da Sociologia pode:

[...] ser ensinada através da cultura, da pesquisa e da socialização, mesmo porque, segundo Lourenço (2008, p. 69) “comportamento humano fora da cultura, o que não significa que as estruturas presentes na sociedade não possam ser modificadas”. Considerando que a sociologia busca constantemente mais conhecimentos “sobre experiência concreta do vivido, as práticas culturais de determinada sociedade; a formalização dessa prática em produtos simbólicos; as estruturas sociais que influenciam este produto” (LOURENÇO, 2008, p. 69), sua forma de aquisição se dá através da pesquisa social, que muitas vezes é mais ampla, histórica e cultural.

Entretanto, apesar da notável influência da disciplina na proposição de atividades didáticas em diversas obras, na resenha da coleção *Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, da editora *Palavras Projetos Editoriais Ltda.*, os autores ressaltam a problemática da abordagem parcial dos componentes da Sociologia e Filosofia, tipo de comentário raro, que não chegou a ocorrer com os outros componentes da área, buscando orientar os docentes sobre como lidar com a insuficiência:

O MP apresenta um conjunto de sugestões bibliográficas, assim como de filmes, para complementação da formação do(a) professor(a), entretanto, as indicações referentes aos componentes curriculares Sociologia e Filosofia são apresentadas parcialmente, em relação aos demais. [...] Na seleção dos temas das unidades e capítulos, e nas orientações ao(a) professor(a), os saberes da Geografia e da História possuem maior centralidade. Professor(a) de Filosofia e Sociologia, você encontrará temas pertinentes ao seu componente de referência, relacionadas aos outros campos, nessa obra. Contudo, será importante buscar subsídios para além dos colocados no MP, principalmente em relação à bibliografia relacionada ao ensino dos componentes curriculares das CHSA. Fique atento às orientações do MP para execução das atividades propostas, que podem requerer recursos complementares para potencializar sua prossecução e objetivos (BRASIL, 2020, p. 106).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizado como ferramenta de implementação da reforma do Ensino Médio instituída por meio da Lei nº 13.415/17, em sua nova formatação, o PNL D incorporou o projeto ambicioso atribuído ao NEM e a nova divisão da grade curricular entre Formação Geral e Itinerários Formativos, cujo primeiro âmbito orienta-se pela Base Nacional Comum Curricular, e o segundo constitui a parte “flexível” do currículo. Dentre as diversas mudanças promovidas pela BNCC, destacou-se o projeto de integração dos componentes curriculares em áreas de estudo, divisão já conhecida e utilizada por algumas instituições da União em diferentes contextos (como o MEC, através dos PCNs; ou o INEP, através do ENEM, entre outros), e agora aplicada à produção do material didático destinado ao ensino público brasileiro. Tal proposta, possuiu como eixo estruturante a metodologia da interdisciplinaridade, apresentando-se como meio de superação do antigo modelo educacional, frequentemente adjetivado como desconexo, fragmentado e obsoleto perante o

novo cenário geopolítico global, assim como para os parâmetros de instituições internacionais.

Todavia, dentro da área das CHSA, mesmo a iniciativa tendo se comprometido a respeitar as particularidades de seus componentes, cujos saberes apenas seriam potencializados através da integração, o que se verificou a partir da análise do Guia de 2021, e pontualmente por meio da opinião direta de alguns resenhistas, é que nem sempre esse objetivo foi atendido pelas obras. Como anteriormente mencionado, a tendência observada nas produções a partir das presenças dos objetos de conhecimento, foi a seleção através do critério da interdisciplinaridade, de forma a priorizar conteúdos que pudessem ser abordados a partir de diferentes perspectivas epistemológicas. Tal movimento ocasionou que temas mais “restritos” a uma área de estudo, como geografia física, por exemplo, acabassem em falta quando em comparação a temáticas mais amplas e genéricas, como *Globalização*. Esse tipo de abordagem parcial referente aos campos de estudos interiores das disciplinas fora sinalizado mais de uma vez no Guia, quando não a insuficiência de uma disciplina praticamente em sua íntegra.

Ao esboçar um panorama geral relevante à distribuição dos quatro componentes das CHSA nas obras didáticas, a Sociologia, assim como a Filosofia, figura como as disciplinas de menor centralidade nas obras, assim como a Geografia, no que tange aos estudos que abrangem mais física e territorialidades. Justamente os componentes que só vieram a ser oficialmente incluídos no currículo do Ensino Básico a partir da medida 11.684/08, foram os mais lesados pela perda da obrigatoriedade, sendo o maior prejuízo aparentemente da área da Filosofia, comumente abordada enquanto uma metodologia que instiga o aluno a refletir cientificamente.

Reitera-se então a ideia de que os livros didáticos são instrumentos socioculturais complexos, importantes ferramentas de ensino-aprendizagem, cujo acesso aos estudantes de escolas públicas é assegurado pelo Estado de forma a cumprir as legislações educacionais que integram os direitos civis. Nesse caso, a carência da Sociologia e dos conhecimentos tocantes às Ciências Sociais de forma geral na primeira leva de livros didáticos produzidos após a reforma, corrobora com o embargo do acesso a um importante capital cultural e simbólico, o qual já figurava historicamente como um objeto de disputas políticas e sociais, dentro do cenário educacional brasileiro. A análise do Guia das CHSA de 2021 demonstrou que o novo sistema, infelizmente, não conseguiu atender integralmente aos objetivos estipulados para o processo de integração da área, respeitando continuamente as singularidades de cada disciplina, assim como suas trajetórias dentro do Ensino Básico brasileiro.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2021: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Parte IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Edital de convocação, nº 03/2019 – CGPLI**: Edital de Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2021. Brasília, 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Portaria nº 68, de 02 de junho de 2021. Divulga o resultado final da avaliação pedagógica das obras didáticas inscritas e validadas no âmbito do Edital de Convocação CGPLI nº 3/2019 - PNLD 2021 Objeto 2 - Obras Didáticas por Áreas do Conhecimento e Obras Didáticas Específicas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, nº 104, 7 jun. 2021.

BRASIL. **Temas Contemporâneos Transversais**: Propostas de Práticas de Implementação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2019b.

CARDOSO, João Augusto; MARTINS, Carlos José; DE ARAÚJO, Rogério Bianchi. A interdisciplinaridade no ensino de filosofia e sociologia e sua integração como “estudos e práticas” em face da BNCC de 2018. **Revista Digital de Ensino de Filosofia-REFilo**, p. e2/1-19, 2022.

CELLARD, André. Análise Documental. In **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MEUCCI, Simone. Notas Sobre o Pensamento Social Brasileiro nos Livros Didáticos de Sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 02, n. 03, jan-jun/2014, p. 207-232.

OLIVEIRA, Amurabi; BINSFELD, Willian; TRINDADE, Tayná. A Reforma do Ensino Médio e suas Consequências: O que pensam os professores de sociologia. **Revista Espaço do Currículo**, v. 11, n. 2, p. 249-259, 2018.

RIBEIRO, Mônica. Reforma do Ensino Médio e o direito à Educação Básica. **Coletiva**, Recife, n. 31 Coletiva. set.out.nov.dez. 2022. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-reforma-do-ensino-medio-n31-artigo-direito-a-educacao-basi-ca-monica-ribeiro>. ISSN 2179-1287.



SILVA, Ileizi F.; BNCC, o ensino de Sociologia e a:. *In*: BRUNETTA et al. **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió/AL: Café com Sociologia, 2020, p. 51-56.

SILVA, Ileizi F.; NETO, Henrique F. A. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). **Revista Espaço do Currículo**, v. 13, n. 2, p. 262-283, 2020.

ZACARIAS, Samara. **PNLD 2021: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação-geral de Materiais Didáticos, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/encontros/arquivos/ApresentaoPNLD2021EnsinoMdioObjeto2_Resultado_PNL D2021.pdf. Acesso em: 08/10/2022.